

**A HISTÓRIA DOS POVOS XOKLENG E O
DIREITO À EDUCAÇÃO INDÍGENA**
*A HISTORY OF THE PEOPLE AND XOKLENG
RIGHT TO INDIGENOUS EDUCATION*

*Mariana da Silva Gonzalez Encina**

Resumo: Este artigo tem por objetivo estudar a história dos povos Xokleng antes e após a chegada dos imigrantes na Colônia Blumenau. Portanto, objetiva fazer uma reflexão do nome de origem para a denominação de sua identidade ao nome "Laklãnõ" ressaltando aspectos do contato e do conflito entre estes indígenas e os imigrantes. Sendo assim, identificar o processo civilizatório marcado por acontecimentos que levou a desorganização social, perda da língua, e de seu modo de ser. A Lei de diretrizes e Bases Nacional e o Plano Nacional de Educação garantem educação diferenciada para estes povos indígenas e o PNE garante a instituição do magistério diferenciado para promover uma educação adequada aos povos indígenas garantindo a revitalização de sua língua e culturas. A metodologia utilizada é a bibliográfica, recorrendo-se, a arquivos históricos, biblioteca e internet. Este estudo se justifica pelo fato de não haver nenhum estudo que contemple as formas de inserção dessa população na sociedade atual e poderá vir a subsidiar políticas públicas voltada para o direito dos povos Xokleng na região estudada. Contudo, observa-se que muito terá que ser feito para garantir a estes povos parte daquilo que perderam, portanto, das discussões que levam a uma inserção desses povos na sociedade contemporânea se apresenta como sendo insuficiente para garantir que seus direitos sejam atendidos.

Palavras-chave: Xokleng. Direitos. Exclusão. Políticas Públicas.

Abstract: This article aims to study the history of peoples Xokleng before and after the arrival of immigrants in Blumenau colony. Therefore, aims to reflect the name of the appellation of origin for their identity to the name "Laklãnõ" highlighting aspects of contact and conflict between these natives and immigrants. Thus, identifying the civilizing process marked by events that led to social disorganization, loss of language and their way of being. The Law of Guidelines and Bases National and National Education Plan provide differentiated education for these indigenous peoples and the establishment of the NAP provides differentiated teaching to promote an adequate education for indigenous peoples by ensuring the revitalization of their language and culture. The methodology used is the literature, resorting to the historical archives, library and internet. This study is justified by the fact that there is no study that addresses the forms of insertion of this population in our society and could support public policies aimed at the right of peoples Xokleng in this region. However, there is that much must be done to ensure these people of what they lost, so the discussions that lead to an integration of these people in contemporary society presents itself as being insufficient to ensure that their rights are met.

Keywords: Xokleng. Rights. Exclusion. Public Policy.

* Graduada em Pedagogia, com Especialização em Psicologia Educacional, Gestão Escolar e Ciências Mestranda em Educação e aluna do Curso de Direito da FURB e do Curso de Letras da – UFSC.

1 INTRODUÇÃO

Para sintetizar a história dos povos Xokleng, que atualmente está aldeado na Reserva Indígena de Ibirama/SC, antes da chegada dos imigrantes os historiadores se defrontaram com dificuldades, pois para resgatar o passado dos grupos sociais humanos normalmente se pesquisam documentos escritos que revelam a vida e os costumes dos antepassados. De acordo com Lavina (1994, p. 46), “entre os diversos autores que trabalharam com este grupo indígena, ainda hoje há divergências sobre qual denominação representaria efetivamente o nome tribal”. Podem ser encontradas na bibliografia denominações como “Bugre, Botocudo, Aweikoma, Schokleng, Xocrém, Xokleng, Lakranó e Kaingang, todos para referir-se ao mesmo grupo, (LAVINA, 1994, p.46).

Essa inconsistência no nome pode se dar pelo fato de não haver registros em cartório, o que poderia garantir a unificação do nome. A escassez de tecnologia da época pode explicar o fato, em haver diversas formas na pronúncia do grupo que habitava o território na chegada dos imigrantes.

Quanto à questão do nome Xokleng, descrita em uma obra e publicada por um dos membros do grupo que teve a oportunidade em fazer o ensino superior, Nanbla Gakran (2005), ele nos transmite que o nome do povo Xokleng tem provocado muitos debates. “Desde os primeiros contatos amistosos de algumas parciais com funcionários do SPI - Serviços de Povos Indígenas¹, a partir de 1914, as denominações dadas ao povo foram as mais variadas: entre as já citadas acima estão os, “Xokrén”, e Aweikoma-Kaingang”. Estas últimas denominações se devem à proximidade lingüístico-cultural existente entre os Xokleng e os Kaingang. Para Henry (1935, apud GAKRAN, 2005, p.12), “apesar de denominá-los Kaingang, admitiu que houvesse diferenças lingüístico-culturais entre eles e os outros Kaingang”. Já para Urban (1978 apud, GAKRAN 2005 p.12) “os Xokleng se originaram dos Kaingang”. Dentro desse contexto, se considera o termo Xokleng muito genérico o que dificulta a identificação enquanto identidade de um determinado grupo.

Para Gakran (2005, p.13), “a última comunidade remanescente desta sociedade, atualmente habitante do vale do Itajaí, não reconhecia o termo Xokleng. Para os idosos, o nome

Xokleng foi dado por pesquisadores e não os identifica como povo”. Com isso, o povo se sentia humilhado. Assim, num processo recente de resgate da história, há alguns anos a comunidade iniciou um processo de re-denominação, procurando resgatar aquele que considera o verdadeiro nome que nos distingue e identifica enquanto povo. (Ibid., 2005, p.13). Contudo, pode ser identificada aqui uma forma de aculturação por parte dos pesquisadores, que aos poucos foram impondo seus próprios hábitos sem respeitar a forma de vida dos povos pesquisados.

A cerca de reflexões sobre o nome deste povo, Gakran (2005, p.14) evidencia que:

[...] a comunidade chegou a um consenso de autodenominar-se “Laklãnô” = “povo que vive onde nasce o sol, ou gente do sol (ou, ainda, povo ligeiro)”. Do ponto de vista lingüístico, sugere-se que a tradução literal mais apropriada seja próxima de “os que são descendentes do Sol” (ou, mais tecnicamente, do ponto de vista antropológico, e numa forma fonética similar ao idioma indígena: “os do clã do Sol”). Assim, o termo “Laklãnô” vem ganhando espaço político, interno e externo, através do movimento de recuperação do idioma, incluindo a escrita de mitos antigos e o ensino bilíngüe.

Assim sendo, os povos Xokleng, apresentavam uma ligação muito forte com a natureza, como já identificou Lavina (1994, p.48), ao registrar que “os Xokleng deslocavam-se continuamente, buscando suprir sua subsistência através de atividades de caça e coleta”. Este nomadismo é bastante citado nos documentos históricos que registram mesmo um “movimento pendular²” entre o litoral e o planalto, com nítidas características estacionais. (LAVINA, 1994, p.49). Assim sendo, “ainda nos remete que o nomadismo Xokleng consistia, no deslocamento de duas até oito famílias para diferentes partes do território, buscando-se assim intensificar a caça e a coleta, tanto vegetal como animal (PAULA, 1924 apud. LAVINA,1994, p. 51). Percebe-se aqui que o grupo era nômade e vivia muito ligado a natureza, isso ia desde a alimentação até o uso dela para a sobrevivência, como ainda, as pinturas corporais. As atividades de caça e coleta geralmente eram feitas simultaneamente; “ao mesmo tempo em que o grupo de caçadores se deslocava em busca de caça, eles iam coletando mel, larvas e frutos, que tanto podiam ser consumidos imediatamente como levados posteriormente ao acampamento”. (LAVINA, 1994, p. 55).

Durante a primavera e o verão, em regiões de mata atlântica, haveria alta mobilidade, com exceção de algumas áreas rituais, como os danceiros. Durante os meses de outono e inverno (abril, maio e junho), estes grupos deslocavam-se para as matas de araucárias das bordas do Planalto meridional para a coleta do pinhão e para caçar os animais atraídos à região por estes

frutos (Paula, 1924). Portanto, se identifica um grupo de povos que quando há escassez em um determinado território se desloca em direção a outro que possa proporcionar o alimento e a manutenção do grupo.

2 O CONTATO, CONFLITO E DISPUTAS

O contato entre os imigrantes e indígenas resultou em conflitos que dizimou grande parte da população indígena local. Os indígenas ao perceberem a intenção de dominar dos imigrantes, foram resistentes, pois até então eram livres, como nos remete Sieguel:

Mas o contato entre os índios e os primeiros colonizadores europeus não foram nada harmoniosos, pois foram marcadas por muitos conflitos com um clima de insegurança de ambas as partes. Geralmente os Xokleng assaltavam os colonos que se instalavam na região do vale do Itajaí, enquanto que os colonos contratavam bugreiros que atacavam por tocaia, à noite, matando todos os adultos, poupando algumas mulheres e crianças. (SIEGUEL, 2005, p.23 – 24).

Este contato com o “civilizado” foi pouco a pouco os afugentando, exterminando sua cultura. Para os índios o homem branco era uma ameaça à sua vida e sobrevivência, pois o território ocupado tradicionalmente pelos Xokleng começou a ser colonizado pelos imigrantes. Sendo assim os índios, sentindo dificuldades em prover suas necessidades alimentares, passaram a assaltar as propriedades dos colonos, pois se sentiam usurpados pelos imigrantes. É o que nos remete Reinaldo Matias Fleuri ao se referir sobre o processo de colonização. Fleuri p.14:

Silvio Coelho lembra a história dos grupos indígenas do Sul do Brasil. Os Guaranis, os Kaingang e os Xokleng, que ocupavam esta região no início da colonização, foram pouco a pouco afugentados para o interior pela ameaça das doenças e dos caçadores de índios. O litoral e depois o planalto foram conquistados pelos brancos. (FLEURI, 1998, p.14).

O contato conflitivo entre imigrantes e indígenas foi percebido na colonização da região, pois os locais onde os imigrantes se localizavam eram antes dos povos Xokleng e Kaingangs, e estes se encontraram como usurpados de seu território, pois não podiam mais andar livremente, este território ocupado por eles ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo era um caminho pelo do qual se pretendia explorar o comércio entre os séculos XVI e XVIII.

Sendo colonizada essa ocupação gerou desmatamento prejudicando a alimentação e a cultura destes povos que tinham a araucária como fonte de alimentos durante o inverno, pois conheciam os períodos de maturação dos pinhões e as sementes transformavam em farinha ou eram guardadas dentro de cestos na água corrente e até mesmo enterradas nos rios.

A paisagem fazia parte de sua memória histórica e cultural, como nos transmite Parellada (2006, p. 114):

[...] através de dados etno-históricos pode-se afirmar que a paisagem para os grupos indígenas Jês meridionais atualmente existentes, ou seja, os Kaingang e os Xokleng eram continuamente reconstruídos e lembrados com os mitos, que contêm a essência da memória social, Os espaços dentro da aldeia expressavam as características do dualismo destas sociedades, e reproduziam as relações de parentesco. Era também com os mitos que ocorria a perpetuação da memória e do controle de território.

Também sobre este aspecto Loth (2004) nos relata que:

Os Xoklengs reconhecem seu território através de narrativas dos mais velhos através das quais conhecem onde era “terra do índio” –, de antigos cemitérios, de elementos naturais (árvores que teriam plantado, locais tradicionais de coleta de pinhão e mel) e de material arqueológico (pedras de que teriam se servido os índios do mato para auxiliar o cozimento de alimentos duros, chamados por eles de “panela de pressão de índio) (LOTH, Silvia, 2004, p. 70 – 71).

Sobre a questão territorial dos povos Xoklengs, a mesma autora Loth (2004), nos transmite que os Xoklengs vivenciaram um processo contínuo de desterritorialização, devido à pressão da colonização européia, sobre seus territórios a partir do século XVII, que promoveu transformações significativas na organização social e política do grupo. (Ibid., 2004, p.38).

Com a disputa das terras e a economia de sustentabilidade ameaçada se iniciam os conflitos. É o que nos relata Fleuri, ele nos transmite fatos destes conflitos:

A área em que os imigrantes começaram a ser localizados era território tradicional dos Xokleng. Os estoques de caça e outros recursos alimentícios da floresta foram logo disputados pelos recém-chegados. Na falta de como prover suas necessidades alimentares, os indígenas passaram a assaltar as propriedades dos colonos. Os imigrantes, por sua vez, enfrentaram diferentes problemas em seu processo de adaptação. Neste contexto, a violência se exacerba. A terra estava sendo usurpada ao índio pela força. Os governos tinham seus interesses. As companhias de colonização também. Em muitos casos tanto o índio, como o colono, foram vítimas. (FLEURI, 1998, p.14)

Percebe-se que o conflito gerou medo e desespero tanto nos indígenas quanto nos colonos que se instalavam nestas terras, sendo ambas as vítimas deste processo civilizatório. Os colonos sentiam-se inseguros diante da surpresa, do risco e da insegurança em ficar nas terras que estavam adquirindo e de colonizá-las, em contrapartida os índios sentiam-se invadidos e passavam a reagir.

Os colonizadores não levavam em conta o direito das terras aos indígenas devido à visão de que os indígenas eram povos atrasados por possuírem objetos de caça, pesca e de defesa muito rudimentares enquanto eles já traziam conhecimentos tecnológicos, como a bússola.

Não considerando que eles tinham características culturais próprias de sua cultura, passaram a julgá-los como inferiores, pois sua agricultura era muito simples alimentando-se de raízes, frutas, pinhão, mel e da caça e pesca, no olhar dos recém-chegados os indígenas deviam, então, ser domesticados ou disciplinados para o trabalho, pois os consideravam um impedimento ao que imaginavam como processo de evolução, sendo assim impuseram-lhes, à força, a civilização. Primeiramente perseguindo-os e afugentando-os, em seguida formaram tropas de bugreiros que eram grupos de homens armados organizados em expedições para, por meio da violência, vingar-se dos indígenas, eles faziam ataques às aldeias causando a morte de muitos indígenas. Como nos remete Reinaldo Matias Fleuri:

Em contrapartida, aumenta a violência contra os índios, mediante expedições de vingança ao interior do sertão para revidar ataques cometidos pelos indígenas. Tropas de bugreiros atacavam os índios em seus acampamentos, de surpresa, deixando-lhes poucas possibilidades de fuga. Muitas crianças foram por eles trazidas como “troféus”. Algumas eram adotadas, outras incorporadas às fazendas do planalto para servirem como mão-de-obra. Em raríssimos casos chegaram à idade adulta. Diante da violência que acontecia no interior do sertão, as opiniões entre brancos se dividiam. Muitos consideravam os índios um obstáculo ao progresso do país e que deveriam ser, simplesmente, eliminados, outros, mais generosos, defendiam o fim da carnificina, da violência. (FLEURI, 1998, p.15).

Além da disputa pela ocupação do território e da alimentação, outros problemas sofridos pelo contato com o homem branco foram as doenças que estes lhes transmitiram. Sabe-se que após os primeiros contatos com os homens brancos muitos indígenas morreram por epidemias, pois não possuíam mais do que suas plantas, ervas e chás para a cura de suas doenças, o que não foi suficiente no contato com os brancos.

Nesse sentido Nanblá Gakran nos diz que:

Quando houve o contato definitivo dos Laklãnõ com a sociedade não índia, eles eram aproximadamente 400 pessoas. Passados alguns anos, devido à mudança dos costumes, hábitos e alimentação, ou seja, quinze anos após o contato com a sociedade não índia, deu-se uma epidemia e mais de 1/3 da população morreu e apenas 106 pessoas sobreviveram. (GAKRAN, 2005, p.21).

Para os recém-chegados os indígenas eram considerados selvagens e era importante transmitir a cultura do homem branco através da catequização, que foi imposta para exercer a dominação e o controle sobre eles.

Sobre o território dos Laklãnõ, Nanblá Gakran nos aduz que:

Na primeira metade do século XIX, por incentivo do governo imperial brasileiro, iniciaram-se as investidas de colonização agrícola com recursos da introdução de imigrantes. As primeiras levas de colonos alemães começaram a entrar pelo ponto mais extremo sul do território do povo Laklãnõ (Xokleng), no rio Grande do sul, ao mesmo tempo em que outros colonos alemães começaram a entrar na região do Rio Negro, na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina, também em território dos mesmos. Desta maneira, os Laklãnõ já estavam sendo impedidos de ocupar suas terras e até mesmo de penetrar em boa parte dos seus territórios em regiões de campos, indo aos poucos se refugiar nas terras da mata atlântica. Ali, foram alcançados pela penetração da frente agrícola colonizadora, tanto nas terras rio-grandenses como em território catarinense. Da mesma forma, por outro lado, inicia-se o empreendimento colonizador norte - catarinense, como a introdução de famílias de agricultores europeus no vale do Itajaí a partir de meados do mesmo século. (GAKRAN, 2005, p.20).

Acerca da trajetória dos Laklãnõ, o mesmo autor nos informa que: “Os conflitos entre os Laklãnõ” e os invasores de seus territórios ganham desde então, maior repercussão, seja pelo fato de envolver famílias de imigrantes e respectivos governos estrangeiros, seja pelo fato de haver, no país, um maior número de veículos de imprensa. Frente a essas circunstâncias os Laklãnõ perceberam que se encontravam em seus últimos refúgios, sem alternativas a não ser o enfrentamento direto com os invasores, como forma de garantir seu espaço e território livre para sua sobrevivência. E também nos conta que:

Os Laklãnõ foram cada vez mais encurralados e perseguidos, sobretudo em Santa Catarina, por expedições de “bugreiros”, grupos armados especializados no extermínio de comunidades e indivíduos massacrados nesse longo período de invasão agressiva que se estendeu até a segunda década do século passado. Os Laklãnõ foram reduzidos, assim, a comunidade seminômade de caçadores

coletores, refugiadas nas florestas e atormentadas pelo medo das práticas dos “bugreiros”. (Ibid., 2005, p.20).

A história dos povos indígenas foi marcada por vários acontecimentos desde os contatos com a civilização, hoje os povos Xokleng vivem em sete aldeias num processo de aculturação devido ao contato com a comunidade vizinha. Neste sentido percebe-se a dificuldade de resgatar a identidade e a cultura após cinco séculos de histórias onde a cultura e as raízes destes povos que têm sido dizimados. Fleuri nos orienta no sentido de elevar nossa consciência sobre a importância e os significados construídos pela própria cultura. Ele nos remete:

O estudo de Silvio Coelho evidencia a dificuldade de se recuperar e compreender a história e a cultura dos povos indígenas que têm sido dizimados ou subjugados nestes últimos cinco séculos de história do Brasil. Acentua também a necessidade de se construir, para além de uma visão moralista e assistencialista, instrumentos e contextos culturais que permitam interagir crítica e criativamente com grupos étnicos diferentes, como mínimo pela possibilidade de elevar a nossa consciência crítica dos significados de nossa cultura e de nossa identidade. Prestar atenção e valorizar os significados construídos por outras culturas é fator de compreensão mais profunda das estruturas significantes e os sentidos construídos pela própria cultura. (FLEURI, 1998, p.15).

Nesse sentido, Nanblá Gakran (2005) nos informa que a consequência maior do contato com os não índios foi a “desorganização social” e também a “miscigenação” deste povo. E ainda que, apesar dessas consequências, a identidade étnica do povo persiste marcando sua capacidade de resistência, que por sua vez fortalece a identidade através da revitalização de sua língua materna e também através da recuperação de sua história e de artesanato dos seus antepassados que ao longo do tempo era deixado de lado. (GAKRAN, 2005, p.21).

Observando o passado destes povos amparados pela constituição de 1988 e no que diz respeito aos parâmetros curriculares nacionais para a educação indígena de que cada povo tem o direito, garantido por lei, para organizar uma educação com base na sua cultura, sente-se a necessidade de resgatar através da escola a cultura por meio das “linguagens” para dar sentido e valorização à vida, partindo da proposta inter e transdisciplinar no intento de construir nas escolas da aldeia uma proposta de educação indígena com saberes e conhecimentos da própria cultura indígena. Neste sentido foram pesquisados artigos que são a base teórica que sustenta a educação indígena na América Latina, essas leituras foram fundamentais para que pudesse refletir

sobre o tema da educação indígena, o currículo escolar e o pensamento complexo inter e transdisciplinar.

O que se sabe sobre a educação da terra indígena conforme nos relata Loth (2004) é que os professores, como os outros índios em geral, acreditam que os jovens conhecem muito pouco da cultura indígena “verdadeira”, de antigamente.

Segundo Loth (2004, p.18) as crianças estudam até a 4ª série nas escolas primárias localizadas em cada aldeia, onde os professores são indígenas, ou seja, bilíngues, ensinam português e Xokleng. Depois, a partir da 5ª série, elas estudam na escola “da Barragem” como chamam a escola João Boneli, ali situada – para completar o ensino fundamental. Esta escola atende alunos da terra indígena e também da região do entorno. O segundo grau é oferecido somente no período da noite na cidade de José Boiteux (Ibid., 2004, p.18).

No tocante a educação escolar dos Laklãnõ, Nanblá Gakran (2005) nos transmite:

[...] queremos destacar que a escola não é a única responsável pela desmotivação da comunidade e pela perda dos costumes, mas é uma das instituições que ao longo do tempo interferiu, fazendo o povo esquecer e deixar seus costumes de lado. E ainda o mesmo autor nos diz que a recuperação dos costumes está sendo realizada com apoio dos idosos e dos professores responsáveis pelo ensino nas Escolas existentes na comunidade Laklãnõ, aonde o conhecimento das tradições vem sendo transmitido às crianças de toda Terra Indígena Laklãnõ. A preocupação da comunidade com o resgate da história e revalorização dos costumes e da língua está presente. Assim, um dos caminhos seria ensinar, na escola, a ler e falar o idioma, para que este não seja esquecido. A outra forma é procurar registrar a língua e as histórias em livros, para a geração futura aprender, a saber, das histórias dos seus antepassados. (GAKRAN, 2005, p.27).

3 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA

As conquistas dos povos indígenas no Brasil por uma educação indígena que valorize sua cultura e sua dignidade de vida nos conduzem a reflexões do direito a uma escola que seja construída com bases sólidas respeitando os valores de sua comunidade na preocupação da integração responsável dos povos Xokleng, sem interferir no modo de viverem considerando as perspectivas da ética. Ao considerar estes direitos dos povos indígenas a uma educação diferenciada cabe esclarecer as conquistas históricas dentro das formas da lei através das

manifestações que evidenciaram mudanças. Neste sentido Bergamaschi (2010, p.59) nos aduz que:

Inicia-se na década de 1970 um movimento incisivo de organizações dos povos originários que com o apoio de setores da igreja, da universidade e de ONG's, e em consonância com os movimentos indígenas internacionais, explicam suas reivindicações pelo direito à diferença, a saúde e a educação diferenciada.

A mesma autora sobre este aspecto nos comunica que: “A partir da atuação indígena no processo constituinte da década de 1980, a Constituição Federal em 1988 assegurou direitos importantes às suas sociedades, entre eles o direito à escola diferenciada”. E nos adverte:

A Carta Magna reconheceu aos índios, no Artigo 231, “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” e no Artigo 210, § 2º, “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagens”. (BERGAMASHI, 2010, p.59).

Conforme dados sobre as Leis da Educação Indígena no Brasil levantados pela autora, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional reafirmou alguns pontos já apresentados e foi mais além, citando pela primeira vez o estabelecimento de uma “educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com currículo, projeto pedagógico, material didático e formação específica de professores”. Destacou a importância da história e da identidade étnica dos povos indígenas para suas comunidades, apresentando, no artigo 78 da referida lei, como um dos objetivos dessa educação diferenciada “a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas a valorização de suas línguas e ciências”. (BERGAMASHI, 2010, p. 59).

Neste desafio de construir uma escola que atenda as necessidades dos povos indígenas no Brasil, educadores, representantes dos povos indígenas e demais especialistas seguem na busca para esta construção de uma educação diferenciada, é o que nos comunica Bergamaschi (2010, p. 59):

Seguindo no caminho de instituir uma educação escolar diferenciada, em 1998 foi publicado um importante documento, o referencial Curricular Nacional para escolas Indígenas (RCNEI). Elaborado por lideranças indígenas de todo o país, junto a especialistas da educação, antropólogos e professores das diversas matérias, é um instrumento que auxilia, principalmente, professores indígenas e técnicos das Secretarias de Educação na implementação do projeto pedagógico e do currículo das escolas indígenas.

Ademais, no ano seguinte a essa publicação foram aprovados o Parecer 14 do Conselho federal de Educação e a Resolução 003 da câmara de Educação Básica, os quais instituíram as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena e criaram a categoria escola indígena, como nos remete Bergamaschi (2010 p, 59). Em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), documento que dedicou um capítulo específico à educação escolar indígena, estabelecendo 21 objetivos e metas.

O Plano Nacional de Educação também determinou a instituição do magistério indígena com material e estrutura adequada para a qualificação dos profissionais desta educação diferenciada.

Segundo Bergamaschi (2010, p.60):

É importante compreender por que as comunidades indígenas vêm requisitando a educação escolar, uma modalidade de ensino que vem crescendo em todos os níveis, inclusive no Ensino Superior, que hoje registra a presença de mais de cinco mil universitários indígenas.

4 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Constatou-se que a história dos povos indígenas foi marcada por vários acontecimentos em contato com o europeu. Hoje os povos Xokleng vivem em sete aldeias num processo de aculturação devido ao contato com a comunidade vizinha. Neste sentido percebe-se a dificuldade de recuperar a identidade do grupo. Assim sendo, foi possível identificar a desorganização social como também a miscigenação, que dentro do contexto social atual pode ser entendido como uma rearticulação, de aspectos que harmonizem as contribuições do contato intercultural. Observando também que se encontra amparado pela Constituição Federal de 1988 o “direito” de preservar, proteger e promover a identidade, a cultura e tradições destes povos, mas que nem sempre foi utilizado, devido a falta de políticas públicas que dêem conta de atender as necessidades do grupo.

Quanto aos parâmetros curriculares nacionais, a educação indígena é direito garantido por lei, portanto, falta aplicabilidade dos mesmos direitos garantidos por Lei. Na atualidade a proposta de educação indígena deve garantir os saberes e conhecimentos da própria cultura indígena. Porém, muitas dessas propostas terão que sair do papel. O que se sabe sobre a

educação da terra indígena conforme nos relata Loth (2004) é que os professores, como os outros índios em geral, acreditam que os jovens conhecem muito pouco da cultura indígena, a “verdadeira”, de antigamente. Porém, essa pode ser uma realidade vivida por todos os grupos étnicos na atualidade e não apenas pelos grupos indígenas.

Para os índios Xoklengs o contato com a civilização lhes custou o extermínio de parte de sua cultura. Porém, não dá para esquecer que os grupos indígenas já viviam conflitos entre eles, mesmo porque as várias línguas existentes podem ter sido a causa de impedição da cordialidade na região no período que antecede os imigrantes colonizadores, os quais também tem parte de sua cultura se perdido no tempo e espaço.

“Para garantir os direitos assegurados na Constituição e na legislação infraconstitucional, são necessárias políticas públicas voltadas a resgatar a cidadania destes grupos étnicos que compõe a sociedade brasileira. Pois não bastam somente as leis no papel, são necessárias ações para a emancipação humana”.

NOTAS

- ¹ Criado para evitar a continuação do massacre indígena.
- ² Significa movimento realizado em torno de um ponto fixo ou ponto central.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, Memória e tradição na educação escolar indígena: O caso de uma escola Kaingang. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 30, 2010.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação Escolar Indígena: Um modo próprio de Recriar a escola nas aldeias Guarani, *Cadernos Cedes*, Campinas. SP. 2007.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Interculturalidade e movimentos sociais*. Florianópolis: Mover, NUP, 1998
- GAKHAN, Nanblá. *Aspectos Morfosintáticos da Língua Laklanõ (Xokleng) “JÉ”*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2005
- LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etnohistória e Sugestões para os Arqueólogos*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do vale do rio dos Sinos – UNISINOS, 1994.

LOTH, Silvia. *Arquiteturas Xoklengs Contemporâneas*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

PARELLADA, Cláudia Inês. *Estética Indígena Jê No Paraná: Tradição e Mudança no Acervo do Museu Paranaense*. Artigo – Universidade de São Paulo – USP, 2008.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDEME, 1973.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná*, Dissertação de Doutorado – Universidade de São Paulo -USP, SP, 2005.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé - Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu paranaense*. Artigo – Revista de Arqueologia, - PR. 2008.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Arte Rupestre no Paraná*. Artigo-R. Ciênc./FAP. Curitiba, PR. 2009.

SIEGEL, Norberto. *A ética, a partir da reciprocidade e a educação informal do povo Xokleng*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2005.

